



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

Aos 08 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Distribuição de iniciativa: Conta Geral do Estado 2012.
3. Apreciação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o incidente com o avião da TAP na Guiné-Bissau.
4. Apreciação de Relatório e Pareceres:
 - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Para uma abordagem global da crise Síria pela EU [JOIN (2013) 22];
Deputado Relator Paulo Pisco (PS)
 - Proposta de Resolução nº 67/XII/3ª - "Aprova o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Adoção de um Emblema Distintivo Adicional (Protocolo III) adotado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005, por forma consolidar a universalidade da Cruz Vermelha, dando resposta à necessidade de ser criado um emblema adicional sem qualquer conotação nacionalista, política ou religiosa";
Deputado Autor do Parecer: José Lino Ramos (CDS/PP)
 - Proposta de Resolução nº 68/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013";
Deputada Autora do Parecer: Maria Gabriela Canavilhas (PS)
5. Aprovação da Ata nº 120 de 10 de dezembro de 2013.
6. Outros assuntos.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

1. Informações.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, deu início à reunião, começando por informar que foi recebido pedido de audiência das Associações dos Espoliados de Moçambique e de Angola. O pedido foi enviado a S. Exa a PAR que remeteu à Comissão de Defesa Nacional, tendo esta Comissão sugerido o envio a esta Comissão. O Sr. Vice-Presidente lembrou que, em legislaturas anteriores, já foram recebidos representantes destas associações e têm sido recebidas e analisadas queixas individuais sobre esta questão. Sugeriu que fosse agendada audiência para o próximo dia 21 de janeiro, com participação de membros da Comissão em representação de cada grupo parlamentar.

Informou também que foi recebida proposta de realização de Conferência sobre "As relações Portugal-América Latina", cuja iniciativa partiu do Presidente do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL) e foi apresentada pelo Presidente da Delegação da Assembleia da República ao Fórum Parlamentar Ibero-Americano, Deputado Ulisses Pereira. A proposta é para que a Conferência se realize em fevereiro e sejam envolvidos, para além de representantes desta Comissão, membros das Comissões de Economia e Obras Públicas e de Educação, Ciência e Cultura. A Conferência duraria meio-dia e contaria com intervenções de representantes de várias entidades. Dada a proximidade da data, propôs que se informe S. Exa a PAR que há concordância quanto à sua realização, sugerindo-se que seja realizada no início de março e que se incluam representantes das três Comissões Parlamentares, bem como da Delegação nos respetivos trabalhos.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que gostaria de ter acesso à proposta mas que, à partida, considera que é o tipo de evento que se enquadra no âmbito das atividades desta Comissão pelo que entende que há todo o interesse em nos associarmos.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) manifestou concordância com a proposta sugerindo que fossem associados os Grupos Parlamentares de Amizade dos países da América Latina.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

O Sr. Vice-Presidente informou ainda que a próxima reunião é realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Europeus e tem como ponto único a audição do Embaixador da Grécia que virá apresentar as prioridades da presidência da UE.

2. Distribuição de iniciativa: Conta Geral do Estado 2012.

A iniciativa foi distribuída ao grupo parlamentar do CDS-PP, mediante acordo com o grupo parlamentar do BE a quem, segundo os critérios utilizados pela Comissão, caberia elaborar o Parecer.

3. Apreciação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o incidente com o avião da TAP na Guiné-Bissau.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o requerimento para ouvir o Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros porque a situação que se viveu na Guiné-Bissau, com o embarque forçado de cidadãos sírios, envolve um conjunto de outras questões que tem a ver com a situação que se vive naquele país, o relacionamento com Portugal e ainda questões relativas ao espaço europeu. A situação na Guiné-Bissau é bastante complexa e tem repercussões também a nível da CPLP. Dado este contexto, considerou o grupo parlamentar do PS que seria de grande utilidade ouvir o Sr. Ministro para que possa dar explicações sobre o que se passou, as diligências feitas e eventuais iniciativas que venham a ser tomadas. Concluiu referindo que deixam ao Sr. Ministro o calendário da audição.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) agradeceu a disponibilidade do grupo parlamentar do PS para permitir que o requerimento fosse apreciado nesta reunião. Está de acordo com a proposta e sugeriu que a audição, até pela sensibilidade diplomática que reveste a matéria, seja feita à porta fechada. Subscrive a proposta do Sr. Deputado Paulo Pisco de deixar ao critério do Sr. Ministro a altura oportuna para a realização da audição e de esta não se circunscrever à questão do voo.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) disse que concordava com a proposta feita no sentido de a audição se realizar à porta fechada.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

Houve mais intervenções no mesmo sentido tendo de seguida o Sr. Vice-Presidente colocado o requerimento à votação com a sugestão que a audição decorra à porta fechada.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que não se opunha a que a reunião decorresse à porta fechada, mas vai-se abster porque considera que é uma questão que merece uma consideração mais aprofundada, pelo que sugeriu que a votação fosse feita separadamente.

O Sr. Vice-Presidente colocou o requerimento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP. Quanto à proposta de realização da audição à porta fechada, teve os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do BE.

4. Apreciação de Relatório e Pareceres:

- Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Para uma abordagem global da crise Síria pela EU [JOIN (2013) 22]

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o relatório referindo que esta Comunicação pretende identificar os aspetos que permitem à União Europeia fazer uma abordagem global da crise síria e tem como objetivos centrais contribuir para o fim do conflito, dar uma resposta às graves e dramáticas consequências que tem provocado e, finalmente atender as necessidades de reconstrução do país. Na Comunicação são referidos vários números que impressionam, designadamente, mais de 93 000 mortes e 1,6 milhões de refugiados até junho de 2013. Uma estimativa cautelosa indica que 6,8 milhões de pessoas necessitam de ajuda e que 4,25 milhões de pessoas se encontram deslocadas no interior do país. As consequências deste conflito já foram além do que se pode imaginar o que deve levar a Assembleia da República a pronunciar-se. Mencionou ainda os problemas decorrentes da instabilidade regional que resulta deste conflito e o perigo de contágio pelo facto de as milícias que se opõem ao regime estarem infiltradas por elementos da Al Qaeda. Sublinhou a importância da responsabilização de quem cometeu crimes de guerra e a UE tem, neste ponto, uma posição muito clara, defendendo que o Tribunal Penal



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

Internacional deve tomar a seu cargo a situação caso as preocupações manifestadas relativas aos crimes de guerra e crimes contra a humanidade não sejam adequadamente satisfeitas a nível nacional. Na parte da opinião do Relator destacou a questão da utilização de armas químicas, o que foi comprovado pelos elementos recolhidos pela equipa de peritos que apresentou o Relatório às Nações Unidas. Concluiu referindo a Conferência de Genebra, prevista para o dia 22 de janeiro de 2014, e que, em seu entender, constitui uma esperança para que o conflito tenha um termo rapidamente.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, assumiu a presidência da reunião e deu a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) que disse que o facto de ter sido adiada a apreciação deste Relatório permitiu que fosse feita uma análise mais detalhada do Relatório e da Comunicação. Referiu que subscreve o teor do Relatório e mesmo da opinião do Relator, embora esta parte não esteja sujeita a votação. Concluiu referindo que apenas o futuro dirá se a comunidade internacional está a atuar da melhor forma.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) cumprimentou o Sr. Deputado pelo Relatório e pela apresentação que fez e disse que subscrevia igualmente a opinião do Relator.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- Proposta de Resolução nº 67/XII/3ª - "Aprova o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Adoção de um Emblema Distintivo Adicional (Protocolo III) adotado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005, por forma consolidar a universalidade da Cruz Vermelha, dando resposta à necessidade de ser criado um emblema adicional sem qualquer conotação nacionalista, política ou religiosa".

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS/PP) apresentou o Parecer referindo que este, tal como o teor do Protocolo, é muito objetivo. O único facto que lhe parece digno de realce é o facto de o Protocolo ter sido assinado em 2005 só agora estar a ser objeto



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

de apreciação. O Protocolo resultou do facto de na década de 1990, a utilização do emblema da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho ter levantado algumas dúvidas, em grande parte, devido às conotações distintas, que por vezes lhes era atribuída. Em 1992, o Comité Internacional da Cruz Vermelha manifestou publicamente a necessidade de ser criado um emblema adicional neutro. Visa-se assim criar um emblema adicional sem qualquer conotação nacionalista, política ou religiosa.

A Sr.ª Deputada Manuela Tender (PSD) saudou o Sr. Deputado autor do Parecer e disse que subscrevia quer o teor da Proposta do Governo, quer o teor do Parecer e reafirmou que é preocupação da Cruz Vermelha ter um emblema que não ponha em causa a segurança dos seus membros.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) usou da palavra para felicitar o Autor do Parecer pelo mesmo e pela síntese na sua apresentação.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

Proposta de Resolução nº 68/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013".

A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS) pediu o adiamento deste ponto até à conclusão da apreciação dos projetos de resolução pendentes na Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o Céu Único II.

5. Aprovação da Ata nº 120 de 10 de dezembro de 2013.

A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

Palácio de São Bento, 13 janeiro 2014.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 123/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
José Lino Ramos
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues
Duarte Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Feliciano Barreiras Duarte
Laurentino Dias
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Pedro Silva Pereira